



## Resumo de Notícias

10/02/2016 - Telesíntese

# Claro amplia prejuízo em 168,8% em 2015

**América Móvil, controladora mexicana da operadora brasileira, atribui desempenho à economia. Resultados apontam aumento de 2,2% na receita líquida e de 7,9% no EBITDA. Churn em telefonia móvel cresceu, e caiu a receita média por usuário também.**

A Claro Participações, holding que controla as operadoras Claro, Embratel e NET, publicou ontem, 09, o relatório financeiro referente aos 12 meses de 2015. O resultado proforma – aquele que une os resultados das três empresas em 2014, antes da fusão ocorrida ano passado – mostra crescimento de 168,8% do prejuízo líquido, que terminou o ano em R\$ 3,55 bilhões.

Em compensação, a companhia registrou aumento da receita líquida de 2,2%, para R\$ 33,69 bilhões em 2015. Os custos e despesas permaneceram estáveis. O EBITDA (lucro antes amortizações, depreciações, impostos e juros) cresceu 7,9%, para R\$ 9,85 bilhões.

### 4º trimestre

Considerando-se apenas o quarto trimestre, a companhia apresentou queda de 2,5% na receita líquida, para R\$ 8,53 bilhões. O EBITDA aumentou 0,2%, para R\$ 2,38 bilhões. O prejuízo líquido foi de R\$ 333 milhões, menor 64,2% – sempre em relação ao resultado proforma.

A controladora mexicana da Claro, a América Móvil, atribuiu o desempenho da operação brasileira a uma “economia fraca”, embora as operação de banda larga e

telefonia fixa tenha dado resultados positivos, e a móvel, os negativos. Houve queda na receita com voz e crescimento em dados e TV por assinatura.

A operação brasileira encerrou 2015, com 65,98 milhões de assinantes móveis, 7,2% a menos que em 2014. Foram desconectados 4,9 chips pré-pagos. A base do pós-pago cresceu 6,4% no ano, para 16,7 milhões. O churn (usuários que mudaram de operadora) foi de 5,1% no quarto trimestre de 2015, maiores que os 3,2% de um ano antes. A receita média por usuário (ARPU) caiu 12,2%, para R\$ 13. Os acessos fixos aumentaram 1,5% no ano, para 36,62 milhões. Segundo a companhia, 85% dos acessos em banda larga fixa são de 10 Mbps.

### Aquisição

A Claro avisou no comunicado ao mercado que está em vias de concluir a compra da Brasil Telecomunicações, que opera TV paga sob a marca Blue. A companhia está revendo o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para acrescentá-los ao balanço financeiro, o que deve acontecer em 12 meses. A compra somará, segundo a empresa, 270 mil unidades geradoras de receita, 4 mil km de fibra e presença em 23 cidades.

05/02/2016 - Telesíntese

# Abreu, da TIM, apoia ação contra taxa da Condecine

**Segundo o presidente da operadora, o setor não aguenta mais aumento da carga tributária.**

A ação interposta pelo SindiTelebrasil contra o aumento da taxa da Condecine, determinado pelo governo no ano passado, é uma ação de autoproteção do setor, na avaliação do presidente da TIM, Rodrigo Abreu, que comentou o assunto na conferência de avaliação dos resultados do quarto trimestre de 2015, hoje pela manhã. Abreu insistiu em que não se trata de uma mudança de estratégia em relação ao governo, mas afirmou que o setor não suporta mais a elevação da carga tributária, que em alguns estados supera os 50%.

De acordo com ele, esta posição é consensual entre

as teles e está sendo conduzida pelo SindiTelebrasil. Se a nova contribuição não foi recebida bem teles desde a sua criação há quatro anos, quando da aprovação da Lei que reformoulou o mercado de TV paga no país, elas acabaram absorvendo o novo tributo. O que provocou a reação atual, que resultou na ação, foi o aumento de 30% determinado no ano passado pelo governo, a vigorar a partir de março de 2016.

As entidades do audiovisual, que se beneficiam da taxa da Condecine, criticaram em nota a ação das teles e a liminar concedida pela Justiça.



## Resumo de Notícias

05/02/2016 - Telesíntese

# Governo aciona procurador geral para recorrer a favor da Condecine

O governo decidiu acionar o Procurador Geral da República para conduzir o recurso contra liminar obtida pelo SindiTelebrasil pelo não recolhimento, no próximo dia 31 de março da taxa "Condecine das teles", principal fonte de custeio da produção audiovisual brasileira. "O incômodo do governo federal a essa ação do SindiTelebrasil é generalizado", afirmou o presidente da Ancine, Manoel Rangel, apontando que essa ação poderá gerar uma crise generalizada no setor de comunicação e de telecomunicações como um todo.

Segundo Rangel, o governo e a Ancine foram surpreendidos com a ação e com a liminar concedida, visto que, desde que a taxa foi criada, há cinco anos, por acordo entre os diferentes setores, durante a aprovação da Lei do SeaC (nova lei de TV paga) o recolhimento dos recursos pelas operadoras de celular nunca deixou de ser feito ou mesmo questionado. "Foi uma ação irrefletida do sindicato que não dimensionou a crise que vai provocar no setor audiovisual e nas próprias empresas de telecomunicações pois elas fazem parte desse mercado audiovisual com a convergência digital", lamentou ele.

Duas foram as ações movidas pelo SindiTelebrasil: uma que questiona o reajuste na taxa da Condecine, de 28,7% feito pelo governo no ano passado, e outra que questiona o mérito desta taxa. O juiz da 4ª Vara que concedeu a liminar suspendendo o pagamento dessa contribuição aglutinou as duas ações em uma só e resolveu conceder a liminar para o caso mais amplo.

Rangel assinala que em nenhum momento, durante o período em que a Medida Provisória da correção monetária tramitou no Congresso Nacional, qualquer empresa de telecomunicações ou o SindiTelebrasil procurou o governo para reclamar desse reajuste. A portaria com o aumento da taxa foi publicada no dia 13 de outubro, a lei foi sancionada no dia 1 de dezembro. "Durante todos esses meses, nem Ancine, nem Minicom, nem Fazenda, nem Cultura nem Planejamento nem Casa Civil da Presidência de República foram procurados com qualquer questionamento à correção monetária da Condecine", afirmou.

Ele lembra que as operadoras tinham conseguido negociar com o governo a não aplicação da correção monetária na taxa do Fistel, medida que foi adotada em todas as demais taxas cobradas pelas agências reguladoras. "O governo federal foi convencido em não fazer a correção da

TFF em 188% sobre valor R\$ 8,85. Mas corrigiu 28% valor base de R\$ 3,22, que é o valor da Condecine. O governo teve sensibilidade de não fazer a correção monetária sobre o que seria o de maior custo tributário no setor de telecom", completou.

Para ele, se as empresas estão questionando esse reajuste, pressionadas pelos aumentos do ICMS que estão ocorrendo nos estados, deveriam agir com mais serenidade. "Não se enfrenta um problema grave trazendo outro problema", assinala.

### Impactos

Hoje o setor audiovisual emprega 15 mil profissionais, que seriam imediatamente atingidos se esse dinheiro deixar de ser recolhido. No ano passado, a "Condecine teles" irrigou o Fundo do audiovisual com R\$ 915,69 milhões. Para esse ano, devido à correção dos valores, o depósito esperado para o dia 31 de março seria de R\$ 1,13 bilhão, depósito este que foi derrubado pelo juiz.

O presidente da agência assinala que o fundo audiovisual é o de melhor performance entre todos e no ano passado 60% de seus recursos foram aplicados no audiovisual.

No Programa Brasil de Todas as Telas, em dois anos, foram produzidos 306 filmes brasileiros, 433 séries de telecines, 829 roteiros. Mais de 700 empresas entre produtoras, programadoras e distribuidoras foram beneficiadas.

"Mantínhamos um círculo virtuoso que construímos desde a lei 12.485, que gerou milhares de horas de programação de conteúdo brasileiro de produção independente; que por sua vez representa o carregamento obrigatório de conteúdo brasileiro pelas programadoras, estrangeiras e brasileiras; que por sua vez alimenta a obrigação de de empacotadoras de carregar canais brasileiros de espaço qualificado", afirmou o executivo.



## Resumo de Notícias

07/02/2016 - Carta Maior

# Os 340 nomes flagrados por trabalho escravo

Por conta da divulgação da 'Lista de Transparência sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil', diversos sites sofreram processos judiciais.

Obtida através da Lei de Acesso à Informação, a terceira edição da "Lista de Transparência sobre Trabalho Escravo Contemporâneo" traz os dados de empregadores autuados em decorrência de caracterização de trabalho análogo ao de escravo e que tiveram decisão administrativa final entre dezembro de 2013 e dezembro de 2015.

As informações foram compiladas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social a pedido da Repórter Brasil e do Instituto do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO) uma vez que uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 2014, segue em vigor, impedindo que o governo federal divulgue uma atualização do cadastro de empregadores flagrados com mão de obra escrava, a chamada "lista suja", que esteve público entre 2003 e 2014.

O extrato com o resultado, recebido pelas organizações nesta sexta (5), pode ser obtido abaixo:

A primeira solicitação dessa listagem com base na Lei de Acesso à Informação, divulgada em março do ano passado, trouxe os casos entre dezembro de 2012 e dezembro de 2014. A segunda, divulgada em setembro, envolveu o período de maio de 2013 a maio de 2015.

O objetivo das organizações ao veicular essa "Lista de Transparência sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil" é garantir o direito da sociedade e do setor empresarial à transparência sobre o tema, fornecendo informações sobre os flagrantes confirmados por trabalho análogo ao de escravo realizados pelo governo.

### Suspensão pelo STF

Em meio ao plantão do recesso de final de ano, o Supremo Tribunal Federal garantiu uma liminar à Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias



(Abrainc) suspendendo a "lista suja" do trabalho escravo (cadastro de empregadores flagrados com esse tipo de mão de obra). A entidade questionou a constitucionalidade do cadastro, afirmando, entre outros argumentos, que ele deveria ser organizado por uma lei específica e não uma

portaria interministerial, como é hoje.

Os nomes permaneciam na "lista suja" por, pelo menos, dois anos, período durante o qual o empregador deveria fazer as correções necessárias para que o problema não voltasse a acontecer e quitasse as pendências com o poder público. O cadastro, criado em 2003, é um dos principais instrumentos no combate a esse crime e tido como referência pelas Nações Unidas. Até agora, o governo federal não conseguiu caçar a liminar que levou à suspensão da "lista suja". O Supremo Tribunal Federal não possui prazo para julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o instrumento.

### Lei de Acesso à Informação

Considerando que a "lista suja" nada mais é do que uma relação dos casos em que o poder público caracterizou trabalho análogo ao de escravo e nos quais os empregadores tiveram direito à defesa administrativa em primeira e segunda instâncias; e que a sociedade tem o direito de conhecer os atos do poder público, a Repórter Brasil e o InPACTO, solicitaram, com base nos artigos 10, 11 e 12 da Lei de Acesso à Informação (12.527/2012) – que obriga quaisquer órgãos do governo a fornecer informações públicas – e no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 o seguinte:

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Os-340-nomes-flagrados-por-trabalho-escravo/5/35451>



## Resumo de Notícias

07/02/2016 - Carta Maior

# PL-555 ameaça patrimônio de R\$ 4,5 tri do povo brasileiro

**Só no âmbito federal, são 140 estatais, com patrimônio líquido de R\$ 611,7 milhões, que poderão passar às mãos do mercado.**

O Brasil possui hoje, só no âmbito federal, 140 empresas estatais que empregam 538.436 trabalhadores e têm seus ativos totais avaliados em R\$4,5 trilhões, conforme os últimos dados consolidados pelo Ministério do Planejamento (MP), em dezembro de 2014. Só o patrimônio líquido dessas estatais é de R\$ 611,7 milhões. Um patrimônio do povo brasileiro ameaçado pela cobiça do mercado.

São estatais de porte, atuação e até imagem consolidada diversas. Entre elas está a Petrobrás, gigante do petróleo mundial envolvida em escândalos de corrupção, mas também está a conceituada Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), referência internacional no desenvolvimento de tecnologia para a produção de alimentos saudáveis.

Estão também agentes consolidados do sistema financeiro, como o Banco do Brasil (BB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco da Amazônia (Basa) e a Caixa Econômica Federal (CEF). E, ainda, empresas de atuação em outras áreas de importância estratégica para o país, como Eletrobrás, Telebrás e Correios.

Essas estatais também têm natureza jurídica diferentes. Há empresas públicas, cujo controle é todo do estado, mas também há as empresas de capital aberto, cuja parcela minoritária das ações já está nas mãos de investidores privados. No entanto, estas últimas ainda são minoria. Das 140, apenas nove negociam ações em bolsas: Petrobrás, BB, BB Seguridade, Basa, Bndespar, Eletrobrás, Eletropar, BNB e Telebrás.

É justamente essa realidade que o Projeto de Lei (PL) 555/2015 quer mudar. De autoria do senador Tarso Jereissati (PSDB-CE), a proposta visa entregar ao mercado, em uma só tacada, parcela significativa de todas as estatais brasileiras, o que inclui não só essas 140 empresas administradas pelo governo federal,

mas também às dos estados, municípios e do Distrito Federal.

Conforme o texto do projeto, as estatais deverão manter em circulação no mercado pelo menos 25% das suas ações ordinárias. Pelo menos. O projeto, portanto, propõe uma retomada da política entreguista executada pelo governo Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990, que vendeu ao capital internacional – a preço de banana, como denunciava à época o jornalista Antônio Biondi – valiosos patrimônios brasileiros, como a Companhia Vale do Rio Doce.

Mas é uma retomada com nova roupagem, dado o evidente insucesso da política anterior que, de tão eschachada, naufragou ao propor, por exemplo, que a Petrobrás fosse rebatizada de 'Petrobrax' para agradar o mercado internacional. O discurso que justifica tamanho disparate, hoje, está amparado na luta contra a corrupção, usado em larga escala, inclusive, por quem mais se beneficia dela.

### **Ao mercado, tudo!**

E não é só isso. O projeto também condiciona a direção das estatais brasileiras a um pequeno grupo de executivos com formação, visão e experiência de mercado. Proíbe, por exemplo, que ministros e ocupantes de altos cargos públicos, sindicalistas ou cidadãos com filiação partidária (em um país que se diz democrático) ocupem cadeiras nos conselhos das empresas. Pela proposta, esses cargos ficam reservados exclusivamente a pessoas com comprovação de 10 anos de mercado, o que acaba por excluir também acadêmicos e intelectuais de notório saber.

Leia mais em:

**[http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/PL-555-ameaca-patrimonio-de-R\\$-4-5-tri-do-povo-brasileiro/4/35454](http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/PL-555-ameaca-patrimonio-de-R$-4-5-tri-do-povo-brasileiro/4/35454)**



## Resumo de Notícias

10/02/2016 - Vermelho

# Trabalhadores querem avançar na correção da tabela do IR

Dois dias depois do anúncio das regras do imposto de renda para pessoa física de 2016, feita no dia 2 de fevereiro, confederações de trabalhadores de diversas categorias reivindicaram a correção da tabela do tributo. Na opinião de sindicalistas e especialistas na área, é a forma de amenizar o impacto que o leão traz à renda do assalariado. Apesar da urgência, o debate sobre a correção, que é reivindicação antiga, ainda não progrediu.

Em entrevista ao Portal Vermelho Grazielle Custódio David, especialista em Orçamento Público e assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), afirmou que os mais ricos, que recebem por lucros e dividendos, pagam o que se aproxima de 6% de imposto de renda. Por outro lado, os trabalhadores são os mais penalizados.

“Olha a situação: um grupo, que é a classe média, paga 27,5% de IR. E quem ganha muito mais que este grupo paga muitas vezes só 6%, porque existe a isenção de cobrança do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos”, lamentou Grazielle.

O cálculo do imposto de renda sobre as rendas do trabalho seguem as alíquotas de uma tabela progressiva com quatro tipos de incidência (7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%). “Quem recebe 500 mil de salário paga 27,5% de imposto e quem recebe R\$ 4.700,00 também paga 27,5% de imposto”, comparou Adilson Araújo, presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Para ele, somando todas as taxas e descontos de um trabalhador na última faixa salarial, que ganha R\$ 4.664,69, pode-se chegar até 40% do salário. “O trabalhador é sobre-taxado contribui com INSS, com FGTS e ainda tem o imposto de renda quando soma vai ver que a subtração salarial é enorme”, analisou.

Na opinião de Adilson a correção da tabela do imposto de renda pela inflação evitaria distorções. “Porque o governo é áspero com quem recebe pouco e condescendente com quem recebe muito. Além de corrigir a tabela do IR devemos insistir na taxa de grandes fortunas”, disse.

### Carga tributária progressiva

Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), defendeu uma carga tributária de participação

progressiva (quem ganha mais paga mais), tributação sobre as diversas formas de remuneração e que não haja imposto sobre investimentos que aumentem a capacidade produtiva, o que estimularia a geração de emprego e renda.

Em 2013 o Dieese juntamente com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco) elaborou a cartilha “10 ideias para uma tributação mais justa”, entre elas foi sugerida a correção da tabela do imposto de renda. O capítulo sobre o tema mostra como a defasagem da correção impacta nos trabalhadores fazendo com que um segmento antes isento do imposto também começa a ser tributado, reduzindo as rendas das famílias.

De acordo com estudo do Sindicato dos Auditores da Receita, a defasagem na tabela do imposto de renda, acumulada desde 1996, chegou a um total de 72,2%. Ainda de acordo com o estudo, somente no ano passado o IPCA atingiu 10,67%, enquanto a correção média nas faixas de renda da tabela foi de apenas 5,6%, prejudicando principalmente os assalariados, que são tributados na fonte.

### Desvalorização do salário

“Os trabalhadores conseguiram, além da reposição da inflação, aumento real de salário e parte disso foi subtraído na medida em que não se buscou corrigir a tabela do imposto de renda. O que o trabalhador ganha com uma mão o leão leva com a outra”, concluiu Adilson.

De acordo com Adilson o governo poderia criar um teto considerando os tributos e taxas que o trabalhador paga ou contribui. “Esse trabalhador que já tem parcela dos seus proventos comprometidos com contribuições que dão sustentação previdencial, comprometido com o fundo de garantia, que ele não fosse tributado mais uma vez da forma que é feito hoje pelo imposto de renda”, sugeriu.

Ele cobrou mais celeridade do governo em relação às reivindicações dos trabalhadores. “Diria que diferente da celeridade que nos últimos anos encontraram os empresários, com incentivos e benefícios, os trabalhadores não encontraram a mesma celeridade nas pautas trabalhistas sobretudo a correção da tabela do imposto de renda”, comparou.

O tema figura na pauta central dos trabalhadores ao lado da redução da jornada de trabalho e valorização do salário mínimo.



## Resumo de Notícias

10/02/2016 - Rede Brasil Atual

# 'Alguns brasileiros tratam os haitianos como escravos', diz organização

**"Tem haitiano fazendo o mesmo trabalho que um brasileiro, mas recebe até três vezes menos", aponta Fedo Bacourt**

Laurie Jeanty inclina o dorso para frente e gesticula com convicção ao falar da diferença de tratamento dada por empregadores aos funcionários brasileiros e haitianos. " Não são todos, mas alguns manipulam os haitianos". Ela não se conforma com as mentiras e golpes aplicados a imigrantes que abandonaram tudo para reconstruir a vida em um novo país. Laurie se refere aos contratos informais em que se promete um valor, mas se paga outro. Dos empregadores que mentem ao reter a carteira de trabalho e devolvem, meses depois, sem assinar ou pagar os benefícios. E dos casos de trabalho escravo envolvendo haitianos que já foram flagrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

" Precisamos de um lugar para continuar a vida,

não parar". Laurie resolveu correr atrás dos direitos dos conterrâneos ao ajudar a criar a União Social dos Imigrantes Haitianos (Usih), associação nacional da qual é tesoureira.

O coordenador é Fedo Bacourt, professor de história e de línguas que só conseguiu emprego na construção civil. Fedo se recente que essa seja a " única porta de entrada para os imigrantes no Brasil". Ao andar pelos canteiros de obra onde trabalha, não se conforma ao encontrar pedreiros e ajudantes de obra que eram médicos, professores e advogados no Haiti.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/02/alguns-brasileiros-tratam-os-haitianos-como-escravos-diz-organizaca-8741.html>

# Um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, SUS vai completar 28 anos

**Programa recebe ainda menos recursos do que necessita, mas tem imagem distorcida por meios de comunicação que preferem alimentar o preconceito com o sistema a difundir o seu potencial de atendimento**

O Sistema Único de Saúde, um dos mais maiores sistemas públicos do mundo, que vai completar 28 anos em 2016, foi o assunto do programa Bom par Todos, da TVT, na semana que passou. O programa faz um levantamento dos tipos de atendimento realizado pelo serviço público, de simples procedimentos a complexas intervenções, relata a história da mobilização social para fazer com que o direito à saúde fosse contemplado na Constituição de 1988 – regulamentado dois anos depois – e revela o grande potencial do sistema de atender às demandas da população, por trás do preconceito difundido na opinião pública há

um potencial.

A professora Laura Macruz Feuerwerker, do Departamento de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, observa que várias pesquisas revelam que as pessoas que mais falam mal do SUS são pessoas que não usam. Boa parte das críticas feitas ao sistema se confundem com as feitas pelos usuários de planos de saúde. " Por exemplo: médico não olha na sua cara, médico fica olhando o computador."

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/02/um-dos-maiores-sistemas-publicos-de-saude-do-mundo-sus-vai-completar-28-anos-3727.html>